



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, realizada no dia dezanove de junho de dois mil e quinze

-----Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas quinze horas, no Auditório do Pavilhão dos Desportos, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.º 1 do artigo 27º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----O Senhor Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efetuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - José Barreira dos Santos;-----

----- - Maria Deolinda Monteiro da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos;-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados Municipais: José Barreira dos Santos por motivos inadiáveis e de Maria Deolinda Monteiro da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos por questões de saúde. Mais informou que o Senhores Vereadores da Câmara Municipal, António Alberto Raposo Morgado justificou a sua ausência por motivos de saúde e de António Edmundo Freire Ribeiro por compromissos profissionais.-----

-----De seguida procedeu-se à abertura desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Se alguém do público quiser fazer alguma intervenção, faça favor. O público presente está silencioso e portanto não há intervenções. Passemos então para o próximo ponto na ordem de trabalhos."-----

-----**2. Período Antes da Ordem do Dia:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Está aberto este período para intervenções, propostas, enfim aquilo que o Regimento prevê. Senhor Deputado José Mano faça o favor de intervir.”-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “Boa tarde a todos. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo passa a apresentar a seguinte proposta:-----

----- «1. A Convenção Autárquica realizada no dia 24 de abril aprovou uma Moção onde se propõe que a Assembleia Municipal convoque o Secretariado executivo da CIM Beiras e Serra da Estrela para apresentar o Plano Estratégico e responder aos Deputados Municipais.-

-----2. Tendo em conta que nos termos do art.º 25/5 do RAL esta competência é da Assembleia.-----

-----e-----

-----3. Em cumprimento da referida Moção.-----

-----Propõe-se:-----

-----Que a Assembleia Municipal delibere convocar, para a Sessão Ordinária de junho, o Secretariado Executivo da CIM Beiras e Serra da Estrela, a fim de responder pela atividade desenvolvida no que diz respeito ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 29 de maio de 2015.-----

-----Pelo Grupo do PS na Assembleia Municipal.»-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Não foi distribuída esta proposta mas penso que a perceberam, e tirando aí a correção das datas, que será para a sessão ordinária de setembro, porque isto foi preparada para a outra Assembleia, mas era extraordinária e não pode ser apresentada. Agora sim, está apresentada e com essa correção de que será para a sessão ordinária de setembro. Assim sendo a proposta passa a ter a seguinte redação final:-----

-----«Proposta do Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal-----

-----1. A Convenção Autárquica realizada no dia 24 de abril aprovou uma Moção onde se propõe que a Assembleia Municipal convoque o Secretariado executivo da CIM Beiras e Serra da Estrela para apresentar o Plano Estratégico e responder aos Deputados Municipais.-

-----2. Tendo em conta que nos termos do art.º 25/5 do RAL esta competência é da Assembleia.-----

-----e-----

-----3. Em cumprimento da referida Moção.-----

-----Propõe-se:-----

-----Que a Assembleia Municipal delibere convocar, para a Sessão Ordinária de setembro, o Secretariado Executivo da CIM Beiras e Serra da Estrela, a fim de responder pela atividade desenvolvida no que diz respeito ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 19 de junho de 2015.-----

-----Pelo Grupo do PS na Assembleia Municipal.» -----

-----Mais intervenções neste período antes da ordem do dia? Senhor Deputado Luís Pereira faça favor."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Digníssima Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público presente. Tinha redigido e impresso uma pequena reflexão sobre o conteúdo da Moção que foi aprovada na Convenção Autárquica por maioria, e não vou obrigar-vos à chatice de a terem que a ouvir, porque assim aproveito e apresento-a no lugar correto que será na sessão de setembro, aonde estará presente o Senhor Secretário da CIM Beiras e Serra da Estrela, mas queria apenas alertar para o facto dessa proposta ter que ser aprovada a sua entrada na ordem de trabalhos, e depois ser aprovada ou não para produzir efeitos, e nesse sentido, e porque caminha de forma diferente do que foi aprovado na Convenção Autárquica, terá o meu apoio e o apoio desta bancada, a vinda do Senhor Secretário à Assembleia Municipal para prestar os esclarecimentos necessários. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Deputado, eu não percebi bem. A Mesa já recebeu a proposta, e é evidente que será depois posta à votação a sua entrada. Mais intervenções? Vou dar a palavra ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva."---

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** "A bancada do Partido Socialista deu início a nova ronda de «*Encontros de Aldeia*», que por impossibilidade de alguns dos elementos apenas visitámos duas das freguesias, Mata de Lobos e a freguesia de Escalhão, nomeadamente a anexa de Barca de Alva. Do atendimento que foi feito às pessoas, há pontos que têm sido reincidentes em

termos de apreciação, com sugestões, propostas, queixas e tudo isso, mas queixam-se designadamente da falta de médicos de família, do atendimento no Centro de Saúde e SAP, a dificuldade que as Juntas de Freguesia e que alguns dos utentes tem em fazer uso da água dos bebedouros, uma vez que os encargos com que são oneradas as Juntas de Freguesia são elevados, dizendo mesmo que lhes parece, que as Juntas de Freguesia pagarão a água a um custo mais elevado do que os outros munícipes, isto é, a água consumida nos bebedouros é mais cara do que aquela que é consumida nas nossas casas. Falam com insistência no arranjo dos caminhos, tanto que pediram para a Mata de Lobos alguma atenção em especial, na entrada em particular da Freguesia, indo de Figueira de Castelo Rodrigo para a Mata de Lobos, onde solicitam a colocação de lombas ou de alguma proteção a quem caminha ali e, sobretudo pedem que sejam colocadas algumas luminárias entre a ponte da ribeira de Figueira e a entrada de Mata de Lobos. Um dos residentes desta Freguesia pede a intervenção de um caminho, que não sendo exclusivamente da Junta da Mata de Lobos, é partilha também com Castelo Rodrigo, o caminho que passa ali ao Prado da Gadanha, de Mata de Lobos em direção ao Convento de Santa Maria de Aguiar, para que seja intervencionado pois há ali bastante tráfego de tratores e de máquinas agrícolas e pediram a intervenção conjunta das duas Juntas de Freguesia. Também foi pedido mais uma vez a limpeza dos ribeiros em toda a sua esta extensão, e foi colocada a questão, por uma das pessoas presentes em Mata de Lobos, que suspeita que a aplicação dos herbicidas nos caminhos ter-lhe-á provocado algum mau estar em algumas das ovelhas do rebanho que tem. Foi-lhe solicitado que, junto do Veterinário que acompanha a sua exploração pecuária, fizesse a recolha de análises dos animais, daqueles que já teriam falecido, que parece que já tinham sido dois, e de outros que estariam em situação de doença, que recolhessem elementos por forma a que depois possa ser confrontada a entidade que forneceu o herbicida à câmara municipal e para estudar a relação causa/efeito. Na Barca de Alva, as pessoas queixam-se mais uma vez dos cheiros da ETAR, isto é, dos maus cheiros e das condições em que esta está a funcionar, pedindo a intervenção urgente uma vez que agora se aproxima a época de mais calor, e propõem, como solução, a recolocação dos tubos que estavam para a extração dos gases e o prolongamento do emissário pelo rio dentro. Queixam-se também das condições da água que é consumida, que supostamente não estará sempre nas condições que eles entendem como de uso saudável, e apresentaram como soluções: ou o aprofundamento

do furo ou de furos com a colocação de mais furos, ou a limpeza de uma mina que, supostamente, há anos atrás serviria a povoação: a mina da Casa Branca, e ver se está em condições ainda de vir a ser explorada. Do Centro de Dia, solicitam a intervenção da autarquia para que lhes instalem um polibã numa das casas de banho que dá serviço ao Centro de Dia, de forma a que alguns dos utentes do Centro possam ali fazer um banho com acompanhamento e em melhores condições de salubridade, porque muitos deles em casa não tem condições. Falam também nas duas freguesias e nos várias onde atendemos, para quando estaria a entrada em vigor o Cartão de Saúde Municipal, tendo-lhes sido dito, que uma vez que havia sessão da Assembleia Municipal nesta data, seria o local ideal para colocarem a questão, muito embora, à semelhança de anteriores encontros, nos comprometêssemos a trazer aqui esse assunto, e penso que haverá novidades relativamente a essa situação, e que o Senhor Presidente da Câmara estará em condições de poder dar essa informação. Apresentou-se-lhes também a questão do Projeto «Estou no Radan», que é uma iniciativa do Município de Figueira de Castelo Rodrigo e que estará para se iniciar no imediato, ou seja, logo que haja candidaturas das associações e das entidades que se proponham fazer ou cumprir algumas das acções que entraria em vigor. Continuamos ou vamos continuar na próxima ou nas próximas semanas a ida às outras freguesias, mas, se calhar, a melhor forma de o fazermos é contactarmos com alguns dias de antecedência ou então se as Juntas de Freguesia nos quiserem sugerir o dia e hora por forma a que possamos agendar, pois estamos abertos a essa disponibilidade de maneira a que agendemos e nos organizemos a visitar essas freguesias ainda não visitadas. É só. Muito obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais intervenções no período de antes da ordem do dia? Não sei se o Senhor Presidente quer falar, pois é evidente que estas questões que vão sendo levantadas nestes Encontros de Aldeia, a exemplo do que tem sido feito na última passagem pelas aldeias será feito um elenco dessas reclamações e desses levantamentos de situações e entregue ao executivo, para que na medida do possível rapidamente e com urgência as vá resolvendo, assim tem acontecido, porque muitas das situações do primeiro Encontro de Aldeias já estão resolvidas, faremos um balanço a seu tempo, mas estão a ser resolvidas e ninguém discutirá da bondade destas iniciativas, porque os eleitos é para estarem junto dos munícipes, ouvirem as suas reclamações e estarem sempre atentos aos seus problemas,

pois é para isso que somos eleitos é para tentar resolver os problemas que vão surgindo, problemas micro mas também problemas macro, problemas micro como os casos que foram sendo levantados que é isso que preocupa as pessoas muitas vezes, e problemas macro, alguns daqueles que vamos falando como o Seguro de Saúde Municipal e outros que são problemas que abrangem todo o município, e que de facto podem ajudar a desenvolver este concelho. Não sei se o Senhor Presidente quer então fazer um ponto de situação sobre a questão do Cartão de Saúde Municipal, já que foi levantada em Barca de Alva e na Mata de Lobos. Faça favor."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Cara Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e restante Público. A todos muito boa tarde e obrigado pela vossa presença. Em relação ao Cartão de Saúde Municipal, portanto dar-lhes conta de que está finalizado todo o processo concursal deste Cartão desde ontem. Já temos uma empresa vencedora deste concurso, penso que estarei em condições já de a anunciar, que é a Seguradora Victória Seguros. Dizer-lhes de que estamos a desenvolver todos os esforços para que rapidamente se faça a entrega dos primeiros Cartões de Saúde, para o público que efetivamente mais necessitar, isto já no imediato. Dar-lhes conta que, porque também estamos realmente a desenvolver os contactos institucionais com a referida entidade que ganhou, no sentido de assinarmos brevemente o contrato que é para depois se formalizar efetivamente a concretização da implementação do Cartão de Saúde Municipal. Por isso, penso que em breve estaremos em condições de avançar já no terreno e efetivando-se aquilo que tínhamos comprometido, ou seja, efetivar no terreno a concretização da entrega dos Cartões para que depois os munícipes se possam dirigir à respetiva clínica, para terem acesso aos cuidados de saúde necessários. Obviamente que é como digo, nesta primeira fase tem de ser gradual, porque isto fazer cerca de seis mil cartões seria quase impossível, e portanto isto tem de ser faseada e gradual, mas teremos em conta de que a Seguradora também está sensível a que se comece a fazer uma abordagem em todas aquelas situações mais prementes nas várias freguesias, e não nos vamos concentrar numa única freguesia mas nas várias freguesias, inclusivamente já pedimos algum apoio na implementação deste Cartão de Saúde Municipal aos respetivos Presidentes de Junta de Freguesia, em que presumo que já foram contactados todos, para que já no imediato nos indiquem alguns nomes dos idosos mais necessitados e daquelas situações mais urgentes às quais necessitam no imediato de

assistência, e portanto apelamos à colaboração e ao apoio dos Presidentes de Junta e também à compreensão, porque nesta primeira fase isto terá de ser feito paulatinamente, pois é impossível imprimirmos já e termos este sistema todo implementado de uma só vez ou pelo menos num prazo muito curto de seis mil utentes, e portanto o ponto de situação do Cartão de Saúde Municipal é este. Obrigado.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Presidente. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado José Mano.”-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “Não sei não é a minha área, mas eu já falei com pessoas de alguns concelhos aonde tem mais médicos até do que nós, onde fazem penso que é este o termo mas há aqui gente da saúde as chamadas «Consultas Abertas», onde vão médicos dia sim, dia não e fazem essas consultas. Agora nós aqui temos duas médicas e mais de seis mil utentes como disse o Senhor Presidente, e há aqui muita gente que quer uma consulta e não consegue. E agora pergunto, não seria possível interceder junto da Unidade Local de Saúde da Guarda, se essas ditas «Consultas Abertas» poderiam ser feitas aqui também ou não, e não só noutros concelhos aonde estão mais bem servidos de médicos do que nós.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Deputado. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida.”-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** “Já agora e sem me querer substituir ao Senhor Presidente da Câmara, a «Consulta Aberta» só pode funcionar se houver médicos, e portanto se a Administração Regional de Saúde e a ULS da Guarda disponibilizar um, dois ou três médicos para aqui, enfim pode-se abrir a «Consulta Aberta» e nesse caso até se pode fazer mais, podem aceitar inscrições de utentes e passar a ter uma listagem de utentes sem médicos de família, mas o busílis da questão reside no facto de não haver médicos e portanto sem médicos não se consegue a «Consulta Aberta».”-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “Então porque é que há outros concelhos que tem muitos mais médicos do que nós e tem essas «Consultas Abertas»? É preciso perguntar a quem de direito.”-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** “Porque tem médicos. Enfim, mas a minha intervenção não tinha a ver com isso, mas com o critério que penso eu que seria o critério mais justo de começar a distribuir os Cartões de Saúde Municipal, e parece-me que o critério mais justo seria de facto ter ou não ter médico de família, pois os

primeiros beneficiários do Cartão de Saúde Municipal deviam ser precisamente os utentes que neste momento não tem médico de família, e para isso o melhor seria contactar o Centro de Saúde para dar uma listagem dos utentes que não tem médico de família, pois parece-me a mim que seria o critério mais correto. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Vou passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Efetivamente essa questão é precisamente aquilo que o Senhor Deputado Carlos Almeida estava a dizer, portanto tem que haver médicos cá para poderem dar essas «Consultas Abertas», e aí nada a acrescentar porque realmente é assim. No que respeita ao Cartão de Saúde Municipal, também me parece que efetivamente seria correto nós podermos fazer essa primeira abordagem, para que fossem esses utentes sem médico de família a serem os primeiros contemplados. Todavia não sei se o Centro de Saúde poderá facultar essa listagem, sinceramente não sei, mas disso penso que não será muito difícil para os nossos Presidentes de Junta avaliarem junto dos seus munícipes quais são aqueles que não tem médico de família no imediato. Já agora e uma vez que estamos a falar desta questão posso adiantar, porque ia a falar nisso mais adiante, mas posso desde já adiantar que no passado dia quatro de junho, tive precisamente uma reunião em Lisboa com o Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Saúde, o Doutor Fernando Leal, no sentido de o sensibilizar para este problema de défice de médicos no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Efetivamente, dei-lhe conta e inclusivamente entreguei-lhe um ofício em mão para que ele fizesse chegar ao Senhor Ministro da Saúde do problema que temos, portanto de que iremos ter em breve um novo Centro de Saúde e não haver médicos suficientes para as necessidades das nossas populações. Ele ficou sensível à situação e inclusivamente se prontificou para ele próprio entrar também em campo, ou seja, ele próprio assumir essa responsabilidade de entrar em campo, aliás referiu que iria falar o mais breve possível com a Administração Regional de Saúde do Centro e também com a Unidade Local de Saúde da Guarda, no sentido de rapidamente providenciarem um médico pelo menos adicional para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. De modo que fiquei com a convicção, de que o Senhor Secretário de Estado Adjunto estaria bastante sensível perante este problema do défice de médicos, tanto que algumas situações não tinha conhecimento efetivo. Naturalmente que também lhe dei conta da situação do Cartão de Saúde Municipal, e

claramente que ficou surpreendido porque não tinha conhecimento desta situação, e portanto ficou bastante surpreso e ao mesmo tempo agradado com a ideia, sendo certo que se disponibilizou também para nos apoiar dentro daquilo que fosse necessário. Obviamente, parece-me que esta situação dos médicos é de facto um problema que temos que resolver com alguma urgência, inclusivamente lhe disse que se não se resolvesse o problema no âmbito do diálogo provavelmente teríamos que partir para medidas um pouco mais drásticas para sensibilizar também a Administração Central, da problemática que se vive aqui no concelho. De qualquer forma, o Senhor Secretário foi bastante recetivo à ideia de ele próprio se prontificar para intervir nesta questão de se arranjar rapidamente um médico de família para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Portanto isto passou-se sensivelmente há dez dias, e eu na próxima semana fiquei de entrar em contacto novamente com o Senhor Secretário, e vamos ver se já temos alguma novidade, ou que iniciativas ou que diligências é que ele já tomou para se resolver este problema dos médicos de família, porque de facto independentemente e aliás eu frisei isso e continuo a frisar, de que independentemente de se implementar o Cartão de Saúde Municipal uma coisa não invalida a outra, ou seja, nós vamos continuar a insistir e cada vez mais insistentemente na problemática do défice de médicos de família no nosso concelho, e eu disso não vou abdicar, e tanto que assim é que já é o terceiro ofício que a gente envia ao Senhor Ministro, dando-lhe conta do problema que temos e que o queremos resolver, e portanto nós estamos recetivos também a apoiar, aliás como sabem nós também estaríamos disponíveis para eventualmente disponibilizar até habitação para um casal ou não de médicos que se pretendam instalar no nosso concelho, e portanto isto revela de facto a vontade, o empenho, a iniciativa que estamos a ter para resolver esta questão dos médicos de família. O que o Senhor Secretário de Estado também me foi referindo é que é extremamente complicado resolver este problema, porque de facto não há médicos de família suficientes para suprir as necessidades a nível nacional, inclusivamente ele me disse que seria mais difícil por vezes e até me deu o exemplo de Oeiras, num dos grandes centros urbanos tinham também este problema da falta de médicos de família, e portanto ele inclusivamente até me revelou de que na sua perspectiva seria mais fácil suprir as necessidades de médicos de família em Figueira de Castelo Rodrigo do que nestes grandes centros, pois no Litoral tem o mesmo problema ao contrário do que às vezes se pensa. É uma situação delicada mas que tem de ser resolvida, e obviamente que aqui tem que haver também a intervenção dos nossos governantes, e eles estão sensibilizados para essa questão. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Só apenas sobre esta questão do Seguro de Saúde Municipal, não tentando entrar no mérito ou não da medida que não foi discutida oportunamente, e uma vez que já estamos numa fase muito avançada de procedimento, apenas nos restará avaliar no final da execução do contrato das mais ou das menos valias que ele trouxe para Figueira de Castelo Rodrigo. Apenas dizer, que uma das críticas que se pode colocar a este projeto e a esta ideia que foi materializada, era digamos que o tentar evitar a ideia de substituição ao Serviço Nacional de Saúde, isso era o mais importante não acontecer, e parece-me a mim que com algumas das afirmações e algum do entendimento, de que o cartão poderia servir para mascarar o défice de médicos registados aqui no concelho, tal como acontece nos concelhos quase todos do Interior, e como disse o Senhor Presidente da Câmara nas grandes metrópoles sucede exatamente o mesmo, portanto não se deve cair nesse perigo, porque senão um dia mais tarde ficamos sem o dito seguro que é pago por bens públicos e ficamos sem o Serviço Nacional de Saúde que é o mais importante, e aliás um não é substituível ao outro, pois o Senhor Presidente da Câmara disse que uma coisa não invalida a outra, está errado, uma vez que são realidades totalmente opostas, e nem sequer deveríamos pensar que uma coisa não invalida a outra, pois uma coisa é o Cartão do Seguro outra é o Sistema Nacional de Saúde, e esse temos que o defender acerrimamente, e essa é a nossa posição desde o início. Eu falei foi dos critérios, e este ser o da prevalência de quem não tenha um médico de família e compreendo perfeitamente e é defensável como outro qualquer, só que eu entendo que o Cartão de Saúde não serve para substituir o médico de família, que tem uma capacidade muito mais abrangente do que uma consulta num privado que serviria para outras realidades. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Almeida."-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** "Perante a realidade que vivemos do facto de não existirem médicos de família no concelho, há duas atitudes possíveis, uma é olhar para o lado e assobiar e não dar conta do que está a acontecer, outra é fazer alguma coisa no sentido de tentar minimizar o problema que se está a viver, e o que este executivo tentou fazer foi precisamente isso, agora não há rigorosamente

incompatibilidade nenhuma entre o Serviço Nacional de Saúde e o Cartão de Saúde Municipal, bem pelo contrário devem complementar-se, e portanto não há incompatibilidade rigorosamente nenhuma, pois esta câmara municipal irá continuar a pugnar pela existência de médicos de família no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e é obrigação do governo central manter o Serviço Nacional de Saúde, é uma obrigação que o governo central tem esquecido e não tem resolvido, e em vez de se assobiar para o lado tentou resolver-se o problema.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Deputado. Eu queria dizer duas notas sobre esta matéria, e a primeira é que não vou discutir uma falsa questão que anda no ar, nem vamos alimentá-la porque já está discutida e assumida. Este Cartão de Saúde não é contra o Serviço Nacional de Saúde, mas é mais uma forma de garantir o direito à saúde e é isso que nos interessa, pois no fundo o que nos importa é garantir o direito à saúde, que nestes territórios como sabemos não existe, e portanto essa é uma falsa questão que não a vou discutir. Eu queria era frisar o seguinte, a questão da distribuição dos Cartões de Saúde, a qual no meu entender o caderno de encargos é muito claro e o contrato tem que refletir o caderno de encargos. A empresa que ganhou este contrato tem que no dia que assinar o contrato, tem que garantir acesso a qualquer residente de Figueira de Castelo Rodrigo ao serviço de saúde na sua rede, ou seja, o caderno de encargos não prevê a atribuição de Cartões de Saúde em graduação, isto é, hoje são dez, amanhã são vinte, depois são trinta, depois são cem. Agora o que não pode acontecer e aqui é para o Senhor Presidente da Câmara, é a empresa dizer assim, pois nós queríamos entregar-vos os cartões mas não temos listas, e portanto até à assinatura do contrato a empresa tem que ter lá as listas dos residentes do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e que eu saiba já foram pedidas às Juntas de Freguesia os cadernos eleitorais, e tem que se arranjar uma equipa ou alguém que trate disto e que veja os cadernos eleitorais, quem é que ainda está nos cadernos, pois já pode ter falecido como é evidente, e portanto tem que se fazer uma atualização desses cadernos, e rapidamente entregar essa lista à empresa e dizer-lhes tem aqui, e vocês no dia da assinatura contrato tem que ter condições para dar acesso a todos os residentes, é isso que diz o caderno de encargos, não permite graduações, e portanto aqui não podemos dar trunfos à companhia de seguros, dizendo pois nós queríamos entregar-vos cem cartões mas só temos dez pessoas que nos indicaram, queríamos entregar mil mas só

temos cem pessoas que nos indicaram, não, é preciso é que no dia da assinatura do contrato tenham a lista dos residentes do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo que tem acesso a este Cartão de Saúde, e isso é um trabalho que a câmara municipal tem que fazer rapidamente e parece que não será difícil. Mais intervenções antes da ordem do dia? Não havendo vamos avançar na ordem de trabalhos."-----

-----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vamos votar para incluir na ordem do dia a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal, que tem vista convocar para a sessão ordinária do mês de setembro o Secretariado Executivo da CIM das Beiras e Serra da Estrela. Quem concorda com a inclusão desta proposta na ordem de trabalhos? Colocada à votação a inclusão desta proposta na ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes, e ficará o ponto **3.7** da ordem de trabalhos, que será a **Proposta para a Convocação do Secretariado Executivo da CIM das Beiras e Serra da Estrela para a Assembleia Ordinária de setembro.**"-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Não há correspondência recebida nem informações."-----

-----**3.2. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente para nos dar então a informação sobre o estado da situação financeira do município desde a última assembleia."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Começaria precisamente pela parte da execução financeira e passando depois por outros tópicos também pertinentes. No que respeita à execução financeira, posso-lhes dizer que temos neste momento uma execução orçamental de cerca de 27% (vinte e sete por cento), são 26,89% (vinte e seis vírgula oitenta e nove por cento) na despesa, e de 27,35% (vinte e sete vírgula trinta e cinco por cento) na receita, e nas grandes opções do plano 46,28% (quarenta e seis vírgula vinte e oito por cento). O prazo médio de pagamentos situou-se em final de dois mil e catorze cento setenta e três dias, e já neste primeiro trimestre de dois mil e

quinze já vamos em cento e quarenta e seis dias, e portanto temos vindo a baixar isto sistematicamente e estou convencido que no próximo trimestre ele baixará ainda mais significativamente. A dívida a fornecedores neste momento é de 832.864,16 euros (oitocentos e trinta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro euros e dezasseis cêntimos), dos quais 651.509,95 euros (seiscentos e cinquenta e um mil quinhentos e nove euros e noventa e cinco cêntimos) estão em dívida a uma única entidade, que é às Águas do Zêzere e Coa. De referir ainda que a dívida total registada ascende a 1.926.247,86 euros (um milhão novecentos e vinte e seis mil duzentos e quarenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos), mas que 1.274.737,91 euros (um milhão duzentos e setenta e quatro mil setecentos e trinta e sete euros e noventa e um cêntimos) apenas são exigíveis em anos seguintes, isto porque tem a ver com os planos de pagamento que acordámos com as Águas do Zêzere e Coa, e portanto ele já está escalonado e será pago gradualmente ao longo dos anos que foram acordados com esta empresa. Ainda relativamente àquela dívida àquela entidade encontra-se então neste momento por registar 936.252,74 euros (novecentos e trinta e seis mil duzentos e cinquenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos), mas que face a dois mil e catorze reduziu-se esta dívida não registada em 665.442,52 euros (seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), ou seja, houve aqui uma redução de 41% (quarenta e um por cento), o que é um valor bastante significativo. O Município também se encontra a cumprir os seus limites de endividamento, pois o limite da dívida era de 9.255.94,47 euros (nove milhões duzentos e cinquenta e cinco mil e noventa e quatro euros e quarenta e sete cêntimos). A dívida total em trinta e um de dezembro de dois mil e catorze era de 5.375.539 euros (cinco milhões trezentos e setenta e cinco mil e quinhentos e trinta e nove euros), o que representa que temos ainda aqui uma margem absoluta de 3.879.556 euros (três milhões oitocentos e setenta e nove euros e quinhentos e cinquenta e seis euros), e portanto a variação da dívida durante o ano de dois mil e catorze foi de 33,70% (trinta e três vírgula por cento) negativos, ou seja, ainda estamos muito aquém daquele limite de endividamento, o que nós dá aqui alguma zona de conforto. O Município tem vindo também a calcular os seus fundos disponíveis mês a mês sendo os mesmos positivos, o que lhe permite naturalmente fazer a sua gestão regular dos compromissos assumidos e naturalmente que viremos a assumir, pois só para terem uma ideia em termos de disponibilidades, temos no total, isto a soma de dinheiro e de depósitos 1.291.813,37 euros

(um milhão duzentos e noventa e um mil oitocentos e treze euros e trinta e sete cêntimos), isto retirado do balancete de tesouraria do dia doze de junho de dois mil e quinze. Também referir aqui que o Município se encontra neste momento a preparar a entrada em vigor e o funcionamento da aplicação da gestão de faturação, cumprindo assim aquilo que é imposto pela Lei, ou seja, este encontra-se na fase de instalações dos terminais de pagamento automático (TPAS), nos postos de turismos e na tesouraria. Estamos também a implementar a simplificação de processos e deverá dispor em breve de referências multibanco nos documentos, nomeadamente faturas de água ou outras, facilitando assim os pagamentos aos utentes. Refira-se ainda que ao nível do fluxo documental também se irão aqui fazer alterações no sentido de se simplificarem procedimentos. Para além disto, este executivo encontra-se a implementar o sistema de avaliação dos seus trabalhadores, o SIADAP, e portanto é uma fase muito importante para este executivo cumprir com a implementação deste, pois como sabem o anterior executivo não implementou efetivamente o SIADAP, e é minha obrigação enquanto aqui Presidente de Câmara fazer cumprir a Lei, e naturalmente fazer cumprir a avaliação dos trabalhadores, porque só assim eles conseguirão progredir nas suas carreiras logo que haja essa abertura por parte deste ou de outro governo não interessa, pois sempre que a Lei o permita e se houver um sistema de avaliação implementado poderá haver a possibilidade de os trabalhadores progredirem, e portanto isto também é uma fase muito importante no sistema de avaliação, e obviamente que nós temos vindo a desenvolver aqui um trabalho bastante incisivo e diligente no sentido de se implementar isto, até para evitar que o Município possa vir a ser penalizado com os fundos provenientes do Estado. Dar-lhes conta também aqui de que para aqueles que não sabem, o Município tem também feito alguns contactos institucionais e até em termos de cooperação com outras entidades, nomeadamente com «Os Serranos», que é uma Associação que tem a sua sede também nos Estados Unidos da América e em vários pontos do mundo, e que acabou por salvo erro e se a memória não me falha na passada semana de entregar um cheque de 1.500 euros (mil e quinhentos euros), aos Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo. Esse cheque só foi entregue porque o Senhor Presidente teve a preocupação de se associar a essa Associação e de estar com eles nas iniciativas que vão desenvolvendo. Obviamente que em relação ao cheque houve outras corporações que foram também contempladas, mas claramente que isto só prova que as tais relações de cooperação com outras entidades e associações também tem este

benefício, e por vezes quando se diz que o Senhor Presidente foi passear para os Estados Unidos da América ou para Timor-Leste e o que é que resulta daí, bem o benefício está aqui, acabou por ser entregue um cheque de 1.500 euros (mil e quinhentos euros) a uma Associação, em que se calhar se o Senhor Presidente não se tivesse mexido provavelmente não tínhamos encaixado esta verba, e este cheque não veio para a Câmara Municipal, veio para uma Associação que merece todo o nosso apoio, colaboração, confiança e empenho que são os nossos Bombeiros, e portanto está aqui o Presidente da Associação que pode testemunhar a receptividade calorosa com que fomos acolhidos nessa cerimónia de entrega do cheque, bem como o carinho que essa Associação nutre não só pelo Presidente da Câmara e respetivo executivo mas também pelo concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, acho que isso foi demasiado evidente. Dar-lhes também conhecimento, que houve logo em março uma reunião com a Presidente de Câmara de Freixo de Espada à Cinta, no sentido de se tentar articular duas questões muito importantes, por um lado em que este executivo pudesse recolher e estabelecemos aqui um protocolo, os animais, ou seja, os cães e os gatos de lá porque eles não tem canil, e portanto estabeleceu-se aqui este estreito cumprimento para com aquele município para utilização do nosso canil, havendo aqui já uma estreita colaboração em rede, e por outro lado, tentar ver no domínio da educação se conseguimos efetivamente captar alunos de Freixo de Espada à Cinta para virem para o nosso concelho, e posso-lhes dizer que a receptividade foi bastante aberta, inclusivamente já se realizou uma segunda reunião, precisamente do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo em Freixo de Espada à Cinta para se tentar articular com eles esta situação de colaboração, no sentido de se apoiar também os alunos daquele concelho para se instalarem em Figueira de Castelo Rodrigo. Esta questão dos médicos de família, também tem sido outra das outras questões que tem estado permanentemente na nossa agenda e preocupação, pois nós tivemos uma reunião no passado dia dezasseis de março na ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, precisamente por causa do novo Centro de Saúde e simultaneamente também devido à problemática do défice de médicos de família, dando-lhes conta dos problemas e das necessidades desta população, e como lhes disse em quatro de julho estive em Lisboa com o Senhor Secretário Adjunto do Ministério da Saúde para resolver este problema. Como sabem também, tivemos uma reunião importante com as Águas do Zêzere e Coa, precisamente para vermos os pagamentos da nossa dívida e também para ver como

é que chegaríamos aqui a um compromisso de entendimento para se reduzir a nossa dívida, e para naturalmente melhorar a situação no que respeita a esta dívida e a este fornecedor, uma vez que é a maior dívida que temos é a esta entidade. Temos tido também algumas conversas e reuniões com a Presidente da CCDRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, no sentido de se desenvolverem aqui alguns projetos que sejam relevantes para o concelho, tanto que estamos em negociações por causa da questão do Observatório de Astronomia, que é um dos projetos que obviamente nos interessa e que temos que avançar, pois há de facto abertura e receptividade para nos apoiar neste projeto, e por isso estamos a trabalhar e vamos ver se conseguimos implementar e levar a bom porto esta situação. Dar-lhes conta também de que houve uma iniciativa que era para ser realizada na Guarda, na sede de Distrito e acabou por ser realizada em Figueira de Castelo Rodrigo, com os diversos Comandantes quer da Guarda Nacional Republicana quer da Guardia Civil Espanhola. É uma reunião que se realiza de seis em seis meses, uma é feita em Portugal outra é feita em Espanha, e portanto esta reunião quer com as altas patentes da Guardia Civil quer da nossa Guarda Republicana, ou seja, desde o Comandante de Salamanca, Zamora, Valladolid, Guarda, Bragança e de Coimbra, todos estiveram aqui reunidos para fazerem a sua sessão de trabalho em Figueira de Castelo Rodrigo. Foram acolhidos da melhor forma, e penso que ficaram bastante satisfeitos pela maneira como foram acolhidos e como providenciámos todas as condições para que os trabalhos deles também pudessem ser feitos da melhor forma, e tão satisfeitos iam que inclusivamente o Senhor Comandante do Distrito da Guarda, se prontificou a dizer que a partir de agora todas as reuniões se iriam realizar em Figueira de Castelo Rodrigo, pelo que nós naturalmente ficámos muito satisfeitos com esta situação. Também dar-lhes por fim aqui conta e a falar sobre o Seguro de Saúde Municipal, dizer-lhes que ele será assinado o contrato em breve e não vou adiantar mais nada, pois já falamos sobejamente sobre isso, e portanto com a questão do Seguro de Saúde Municipal, e já agora relembrar que continuamos a colaborar estreitamente com as Juntas de Freguesia, que isto também é importante salientar e a pagar-lhes atempadamente quer seja no que respeita aos acordos de execução, e portanto penso que temos vindo a acelerar e a articular melhor com as Juntas de Freguesia os respetivos pagamentos, e que naturalmente trabalhar com elas noutros domínios e na resolução de outros problemas locais, logo este trabalho de proximidade está a ser realizado e esperemos manter. Muito Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Está aberta a discussão para apreciar esta informação que nos foi transmitida. Se alguém se quiser pronunciar faça o favor de intervir. Senhor Deputado José Mano tem a palavra."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Por tudo aquilo que nós aqui ouvimos temos que chegar a uma conclusão, esta câmara municipal paulatinamente vai trabalhando e resolvendo os problemas, é lógico que não os resolve todos nem nunca os irá resolver, mas vai resolvendo os problemas mais urgentes do concelho. Já agora penso que todos estão de acordo de que as dívidas são para se pagar, e eu estou plenamente de acordo com o Senhor Presidente da Câmara, acho que devemos pagar às Águas do Zêzere e Coa mas com calma, porque se já se aguentou até agora também não podemos ir agora repentinamente pagar a dívida, mas também temos que exigir, e eu também vou fazer aqui um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, é que investigue aquela ETAR à saída da vila quando se vai a caminho de Vilar de Amargo, porque aquela ETAR ou não funciona ou funciona muito mal, uma vez que é um cheiro horrível e as pessoas que tem que ir para aquela zona queixam-se de que não podem andar ali à volta daquilo, e portanto já que estamos com vontade de pagar, e acho bem, volto-lhe a dizer Senhor Presidente, que ponham as coisas a funcionar também como deve ser. Em relação ao Senhor Presidente da Câmara ter ido até à América ou até Timor-Leste, ir a passear ou não passear, na minha opinião e acho que a opinião das pessoas é que se deve ir, porque quem vai é sempre visto, é lembrado, e acaba-se sempre por se ganhar alguma coisa, longe quando nos enfiámos no nosso casulo e quando não nos abrimos, e quando estamos convencidos que somos os maiores porque não precisamos de ninguém é que as coisas funcionarão mal, agora nessa questão e também por aquilo que eu sei até era um acordo que já vinha de longe, e faço questão que o Senhor Presidente da Câmara que honre também os compromissos daqueles que por lá passaram, acho que está muito bem. Portanto é aquilo que assim mais ou menos me ocorre, e tenho que dizer que esta Câmara Municipal vai no bom caminho."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** " Senhor Presidente da Câmara tirou-me na sua análise dois pontos que eu queria alertar, mas antes de mais dizer que

como bem disse o Senhor Deputado José Mano as oportunidades procuram-se pois elas não nos procuram a nós, e portanto faz muito bem em tentar encontrá-las tem é que ir ao sítio certo, porque não basta sair, tem que também saber procurá-las, e sei que terá que bater a muitas portas porque infelizmente nem todas estão abertas para o investimento, e para suprir as necessidades que mais precisamos. Estava aqui a recordar-me de dois pontos que trazia para lhe chamar a atenção e realmente falou neles, o facto do prazo médio de pagamentos ter-se degradado desde dois mil e quatro a esta parte significativamente, até ao ponto de sermos das piores Câmaras Municipais em Portugal, daquelas que não estão em processo de recuperação económica, sermos das piores câmaras a pagar aos nossos fornecedores. Isto traz problemas, traz incumprimentos à Lei dos Compromissos, bem como problemas sérios de liquidez para o nosso concelho, porque como saberá um concelho pequeno, despovoado, com uma dinâmica empresarial fraca, infelizmente é verdade pois trabalhamos todos os dias para inverter essa realidade, em que todos os tostões geram milhões, e não pagar a meio ano é preocupante. Certamente que não será a todos os fornecedores será a alguns em especial, mas essa questão ficará obviamente manchada na sua gestão atual, porque é um indicador que é divulgado publicamente e que deixa o Município numa situação desagradável, uma vez que qualquer fornecedor que queira fazer negócio com a Câmara Municipal neste momento vai à lista, e vê que Figueira de Castelo Rodrigo não está bem posicionada nem coisa que se pareça. Também dizer que da análise do relatório de contas das Águas do Zêzere e Coa, Figueira de Castelo Rodrigo surge como um devedor com posição naquela empresa de débito de cerca de 3,1 milhões de euros (três milhões e cem mil de euros), em que 1,7 milhões de euros (um milhão e setecentos mil euros) estão vencidos e 1,5 milhões de euros (um milhão e quinhentos mil euros) não vencidos, para além dos acordos celebrados em dois mil e treze e dois mil e catorze de cerca de grosso modo de dois milhões de euros. Dizer que três milhões em nove que é mais ou menos o orçamento anual, é um peso muito forte para este Município suportar, e para conseguir honrar esses compromissos serão precisos muitos anos, e não esquecer que todos os anos por ineficiência do serviço vamos acumulando dívidas às Águas do Zêzere e Coa, que é uma dívida que infelizmente surge como inevitável, uma vez que nos prestam um serviço e nós prestamos um serviço à população que é o fornecimento de água e tratamento de águas residuais que não pode deixar de ser prestado. Portanto eram essas as duas situações que eu trazia para lhe chamar à atenção, e que certamente ocuparão grande parte do

restante mandato, porque não são situações que poderão ser esquecidas nem varridas para debaixo do tapete. Dar-lhe os parabéns pela cooperação intermunicipal que tem realizado, nomeadamente com Freixo de Espada à Cinta, que confesso que não é um concelho que tenha sido acarinhado nos últimos anos por parte de Figueira de Castelo Rodrigo, pois temos uma fronteira geográfica forte que nos separa, e de uma região completamente diferente pois está em Trás - os - Montes, e vejo com bons olhos que esteja a investir também em Freixo de Espada à Cinta, pois sei que investe muito na Meda e em Pinhel, e acho que são parceiros que darão sustentabilidade a um futuro nesta região. Obrigado.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Senhor Deputado José Mano faça o favor de intervir.”-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “Em relação a sermos um dos Municípios que pagamos mal não sei se será assim, pois eu ouvi também essa classificação um pouco por alto e parece-me que estamos no meio da classificação, e portanto não é assim tão mau como se está a tentar explicar. Em relação às dívidas das Águas do Zêzere e Coa é que há aqui qualquer coisa que me está a fugir ou eu fui mal informado antigamente ou agora, mas nós aumentámos ou diminuímos a dívida das Águas do Zêzere e Coa já no mandato do atual executivo? É isso que eu queria que me esclarecessem, porque parece que fiquei a deduzir das palavras do Senhor Deputado Luís Pereira, que a dívida às Águas do Zêzere e Coa tem aumentado anualmente, ou se eu entendi mal.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “Cabe-me a mim aqui esclarecer duas situações, pois de facto uma das razões para este rácio que é o prazo médio de pagamentos estar tão elevado, era precisamente por causa desta dívida das Águas do Zêzere e Coa, porque prende-se praticamente e única e exclusivamente por termos esta dívida, e obviamente que o facto de não lhe estarmos a pagar estava a prejudicar o Município, e foi quando eu em sede própria e na CIM Beiras e Serra da Estrela tomei uma posição um pouco até contrária à dos restantes Municípios, que entendiam que não devíamos pagar, e eu desde o início do ano que venho dizendo isso em reuniões da Comunidade Intermunicipal sucessivas, de que o Município de Figueira de Castelo

Rodrigo não poderia nem quer continuar a manter esta situação do não pagamento às Águas do Zêzere e Coa, sendo certo que reconheço que existe aí uma cobrança excessiva e um problema que temos que resolver, os quais já vêm de anteriores executivos e de anos anteriores, que é precisamente o facto de cerca de 20% (vinte por cento) dessa água que estávamos a pagar ser proveniente das águas pluviais e que nós estamos a pagar indevidamente, e portanto nós temos consciência de que isso é assim e até as próprias Águas do Zêzere e Coa reconhecem isso, claro que não o assumem publicamente mas implicitamente acho que o reconhecem. Em simultâneo estão a decorrer as negociações com o Ministro do Ambiente por causa desta problemática, portanto estão em cima da mesa negociações para ver se começa a haver aqui um perdão de dívida, que estava inicialmente em doze milhões de euros sensivelmente, e que naturalmente isso iria ser repartido proporcionalmente pelos vários Municípios que fazem parte das Águas do Zêzere e Coa, mas também o perdão dos juros implícitos desses doze milhões de euros, o que daria de grosso modo cerca de dezanove milhões de euros que depois serão repartidos proporcionalmente pelos vários Municípios. Sei que se chegarem a um acordo quer com o Senhor Ministro e que se este assinar o despacho, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo será digamos contemplado com uma verba na ordem de um 1.600.000,00 euros (milhão e seiscentos mil euros), e portanto automaticamente reduz drasticamente a tal dívida que se fala que não chega aos 3.000.000 euros (três milhões de euros), mas que andar por volta dos 2.600.000 euros (dois milhões e seiscentos mil euros), logo reduz substancialmente. Não poderia deixar de salientar que efetivamente já pagámos às Águas do Zêzere e Coa cerca de 414.000 euros (quatrocentos e catorze mil euros), que é um esforço significativo para um Município como o nosso e que se refletiu logo também no imediato no nosso prazo médio de pagamentos, e portanto há mais 200.000 euros (duzentos mil euros) que vão ser articulados com as Águas do Zêzere e Coa por causa do tal encontro de contas, ou seja, eles também tem que nos pagar uma verba dos anos de dois mil e doze, dois mil e treze e dois mil e catorze e portanto essa dívida acaba por ficar também saldada, e no total andaremos a falar de cerca de 665.442,52 euros (seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), o que é de facto é que em seis meses conseguimos reduzir este valor, e portanto é um esforço que o Município está e vai continuar a fazer. Concordo que também devemos exigir, nomeadamente essa questão da ETAR, e aí iremos exigir alguma compensação e esforço da parte deles para zelarem aqui pelos nossos interesses. Portanto eu só queria esclarecer esta questão."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Presidente. Esta questão dos rankings dos municípios, a qual saiu há pouco tempo, dos melhores e piores pagadores a fornecedores, isto a gente também sabe como se fazem as estatísticas, apesar de serem dados fornecidos pela DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, que fazem as estatísticas, aliás conta-se aquela história de dois rapazes, de que quem comia frango e de quem não comia e só um é que comeu frango, mas a estatística dava meio frango para cada um, e portanto é evidente de que nós tendo um volume de dívida às Águas do Zêzere e Coa desta dimensão isso vai pesar em qualquer classificação, mas mim o que me preocuparia era se os fornecedores locais que a Câmara Municipal têm e a quem deve andassem com atrasos impensáveis, agora penso que aí o Município tem que ser é diligente em pagar aos fornecedores locais, rápido e com eficiência, as Águas do Zêzere e Coa penso que por aquilo que acabámos de ouvir é uma herança, isto não nasceu hoje, não nasceu neste mandato é uma herança que temos, mas pelos vistos há um processo negocial a correr, e se calhar até há outras perturbações de dimensão jurídica que poderiam ser analisadas e poderíamos atacar, mas está uma dimensão negocial a correr, e parece-me que as coisas poderão ter um desfecho feliz, mas com este esforço de dívida às Águas do Zêzere e Coa não há nenhum Município que consiga ficar bem classificado em termos de pagamentos a fornecedores, preocupemo-nos é com os fornecedores locais para que eles não tenham problemas de qualquer liquidez de tesouraria, e aí é que estaria preocupado se isso acontecesse. Não há mais ninguém a apreciar a informação do Senhor Presidente, e por isso passamos para o próximo ponto na ordem de trabalhos.”-----

-----**3.3. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 61/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Procedimento Concursal Comum para o Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau - Chefe de Divisão Administrativa, Financeira, Sociocultural e Definição da Composição do Júri.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Tem a palavra o Senhor Presidente para apresentar esta proposta.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Em primeiro lugar gostaria de justificar aqui a necessidade de abertura destes procedimentos concursais. No ponto um, a organização de serviços, pois como sabem houve uma organização de serviços que levou a que fosse aprovado por esta Assembleia Municipal, em meados de

dois mil e catorze, o Regulamento dos Serviços Municipais. O segundo ponto, a operacionalização e o funcionamento dos serviços, isto porque como sabem temos sensivelmente e atualmente cento e quarenta e nove trabalhadores, contando naturalmente com os vinte e cinco em regime de cedência pública, e portanto esta situação não se compagina com a ausência de chefias, porque senão gerir todos estes funcionários e trabalhadores seria quase uma situação hercúlea, impensável e insustentável. Em terceiro lugar, como sabem nunca o anterior executivo se preocupou com a avaliação de desempenho dos trabalhadores, e portanto não sendo estes avaliados nunca poderiam progredir, se não progredirem nunca poderiam ver os seus salários aumentados, se não vêm os seus salários aumentados dificilmente as suas condições de vida poderiam melhorar, e portanto este aumento de salários por via da avaliação é fundamental, legítimo e merecido, e portanto os nossos trabalhadores também merecem e não poderiam estar a ser prejudicados, pelo facto de não haver uma avaliação, isso é ponto assente. Em quarto lugar, também em matéria de avaliação de desempenho a presença de chefias se revela de fundamental relevância, pois a implementação do SIADAP só é possível com avaliadores, logo estes avaliadores terão de ser efetivamente os Chefes de Divisão, tanto que assim é que acabei por nomear os Chefes de Divisão tanto da parte Administrativa, Financeira e Sociocultural, tal como na parte das Obras, Planeamento, Ambiente e Urbanismo em regime provisório, isto é, por um período transitório de noventa dias, com vista à célere aplicação da avaliação dos nossos trabalhadores, por forma a que a mesma não ficasse verdadeiramente comprometida garantindo-se assim a sua operacionalização, e isto é que importante, porque neste momento temos o SIADAP pronto e tratado, e isso é que a nós nos preocupava, porque efetivamente era penalizador. Em quinto lugar dizer que é também minha obrigação enquanto Presidente de Câmara fazer cumprir a Lei, e esta determina que têm que haver avaliação de desempenho, e como tal tinha que promover a avaliação destes trabalhadores para que os mesmos não fiquem prejudicados em termos de carreira. O sexto aspeto que importa salientar, é que a não implementação do processo de avaliação para além de prejudicar os trabalhadores, produz efeitos nas transferências do Orçamento de Estado para o nosso Município, e caso essa avaliação não exista a Câmara Municipal é penalizada nestas transferências, ora isso é que não pode acontecer, porque seria muito prejudicial quer para o Município, bem como para os nossos trabalhadores. Em sétimo lugar dizer o seguinte, que nestes termos e por tudo o quanto é aqui exposto, em

abono e para efetiva avaliação e progressão destes trabalhadores, evitando-se naturalmente as penalizações para o Município, justifica-se sem reservas portanto aqui, a abertura dos procedimentos concursais para os nossos dirigentes intermédios de 2º Grau, que estão agora ocupados provisoriamente pelos tais chefes que foram nomeados, garantindo-se assim as necessidades exigidas pelo Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública. Portanto, e por tudo isto que eu aqui disse, peço então que seja aprovada esta proposta, e para que não se comprometa um trabalho que vem sendo feito já quase há três meses sensivelmente, que vem sendo feito progressivamente e que se for comprometido poderá prejudicar não apenas trabalhadores mas também o Município, e essencialmente prejudicar toda a operacionalização e funcionalidade da nossa Câmara Municipal. Naturalmente que isto é respeitante à próxima proposta que se segue na ordem de trabalhos. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Está aberta a discussão desta proposta. Faça favor Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Senhor Presidente da Mesa, em democracia antes de mais devem-se respeitar os órgãos que foram eleitos e aqueles que tem competência para aprovar os atos. Tem consciência que foi presente à Câmara Municipal, uma proposta de revogação destas duas propostas que foram aprovadas, que só não foi aprovada porque ainda não houve reunião de câmara municipal, e portanto é expectável que numa próxima reunião de câmara estas duas propostas venham a ser revogadas. Nesse sentido, e porque as propostas a que me refiro já faziam parte da ordem de trabalhos da reunião de câmara que não se realizou no passado dia dezassete, e cujas propostas surgem na ordem de trabalhos desta sessão que não deveriam surgir, seria de bom-tom e de respeito com os valores democráticos que são exigidos nesta assembleia, que estas duas propostas não fossem apreciadas e que esperássemos pela deliberação da câmara municipal à proposta de revogação, até porque poderemos criar um impasse e um imbróglio, pois revogada a autorização vai existir uma aprovação da assembleia municipal que cairá posteriormente. Nesse sentido, penso que deveríamos esperar pela câmara municipal, a qual deveria clarificar a situação e só posteriormente esta assembleia deveria apreciar a proposta final. Assim sendo, é minha intenção não aprovar e nem rejeitar, simplesmente não votar a proposta, porque considero que viola os princípios que falei anteriormente."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Mais intervenções? Faça o favor de falar, Senhor Deputado José Mano.”-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “Em primeiro lugar queria perguntar se alguém souber responder, porque é que essa reunião não se realizou? Em relação aos valores democráticos, realmente a oposição, não concretamente os Deputados nem os Presidentes de Junta, têm tido muita falta de democracia, pois verdadeiramente não sei que democracia é a dessa gente que não respeita o voto popular, porque sinceramente eu envergonhava-me, depois de ter perdido nas urnas tentar ganhar na secretaria, uma vez que se eu fosse Vereador da oposição pura e simplesmente enterrava-me, e não tinha cara para andar aí pela rua a passear e a dizer que agora até estão em maioria, só porque tem alguém vindo do outro lado e lhe conseguem dar a volta e fazer promessas, vamos aqui inverter tudo. Eu acho que os Senhores Vereadores, eu tenho pena de não estar cá o líder da oposição, e vou ficar por aqui hoje, porque eu gosto de falar com as pessoas cara a cara e nos olhos, e como tal, eu hoje vou ficar por aqui. Eu gostava que as pessoas respeitassem o voto popular, e o voto popular foi muito claro, acho que levaram uma “malha” como nunca tinha acontecido no concelho. Eu vou-me ficar por aqui.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Deputado. Faça favor de intervir, Senhor Deputado Luís Pereira.”-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** “Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Assembleia deve manter algum decoro na discussão que se passa neste órgão, pois designar as pessoas dessa gente ou que levámos uma malha, etc., não são, e peço respeito, não são termos para serem utilizados numa assembleia municipal, pois se não se compreende o lugar onde se está ou se não tem a competência técnica ou pessoal para estar, então peço o favor de ou se calarem ou então levantarem, mas como fui interrompido pelo Senhor Deputado José Mano, que mais uma vez me chamou de rapaz, dessa gente, bem como tratar-me por pá, também não reconheço tal expressão. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem a obrigação de manter o decoro na discussão nesta assembleia, pois nunca eu perdi as estribeiras de tratar seja quem for abaixo daquilo que democraticamente é exigível, porque estamos aqui nesta assembleia para defender o concelho e os nossos ideais, pois eu sempre defendi o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e por isso não necessito de comentar as intervenções dos meus colegas deputados recorrentemente para me fazer ouvir, aliás eu nem gosto de me fazer ouvir, apenas expresso

a minha opinião. Nesse sentido, peço que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sob pena de eu me ausentar se voltar a suceder, mantenha a ordem e a paz interna nesta assembleia, independentemente das oscilações democráticas que possam surgir de futuro. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Deputado Luís Pereira, eu tenho concordado várias vezes consigo, mas não posso concordar dessa sua intervenção por uma razão, e saberá que vai concordar comigo, pois na linguagem política, é evidente que há limites para a linguagem política, mas esta depende da formação, da juridicidade, da tecnicidade que nós poderemos ter mais ou menos, e sabe também, como eu por exemplo, que até no direito penal há frases que são criminalizadas num território do Alentejo, mas podem não ser criminalizadas num território da Beira, porque precisamente essa linguagem é aceite em determinados territórios, embora podendo ser ofensiva, mas para aquele território é entendido que é uma linguagem que não é ofensiva, e daí não ser criminalizada. Portanto a linguagem política não pode é ofender esta ou aquela pessoa, e aqui de facto não me pareceu que fosse essa a intenção do Senhor Deputado José Mano, pois o Senhor Deputado tem a linguagem política que deve utilizar, é respeitador, não me parece que tenha sido ofensivo para A, B ou C, pode não ter sido a linguagem mais técnica, mas é a linguagem dele, é a política. Por isso Senhor Deputado se me permite, eu tomo em linha de conta a sua nota, é evidente que esta assembleia vai decorrer com decoro ao contrário de outros tempos, pois eu lembro-me bem dos tempos em que nos tivemos de ausentar de uma assembleia municipal, aí sim por ofensa pessoal a Deputados Municipais, mas agora parece-me com o devido respeito da sua intervenção, que não houve aqui excessos de linguagem. Vamos continuar. Senhor Deputado José Mano faça o favor de intervir."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Já que alguém aqui ficou ofendido por dizer que é uma "malha", mas isto é uma voz popular, a minha voz é uma voz do povo, pois eu não sou doutor e provavelmente não serei capaz de aplicar aqui outras palavras que só alguns predestinados tem direito a entendê-las, e como eu falo a voz do povo tenho que falar para o povo. O que queria dizer é que era vergonhoso que quem perdeu nas urnas democraticamente, que agora por um jogo qualquer de secretaria, como se diz na gíria futebolística, e usando aqui um termo futebolístico, queiram ganhar na secretaria, ou seja, perderam nas urnas mas querem ganhar na secretaria, e como têm um mau

perder, como se nota aqui que não respeitam a vontade popular, porque esta disse claramente que quem tem que governar esta câmara municipal é o executivo que ganhou as eleições, e que eu saiba foi debaixo de uma bandeira, que era a do Partido Socialista, e portanto quer queiram quer não, volto-lhes a dizer e não me queria repetir muito mais e hoje vou-me ficar por aqui, porque volto a dizer que não está cá o líder e eu gosto muito é de falar com eles, eu vou-me ficar por aqui. Acho que era bom que as pessoas soubessem respeitar o voto popular, e o povo de Figueira de Castelo Rodrigo escolheu claramente e sem dúvidas, e portanto deixem governar. Senhor Deputado, nós andámos cá tantos anos e nunca chateamos ninguém, pois vocês aplicaram as vossas propostas e fizeram aquilo que quiseram e que entenderam, uma vez que vocês tinham o direito de governar e governaram, e fizeram o que quiseram, meteram as pessoas que entenderam e quem lhes apeteceu, com ou sem concursos, não vou aqui questionar se tinham capacidades ou se não tinham ou se ficaram outros na rua, e nós sempre calados. Pelo amor de Deus haja respeito pelo povo que escolheu."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Deputado. Antes de prosseguirmos, só para que não haja dúvidas quanto à legalidade do que estamos a discutir, pois independentemente da intervenção do Senhor Deputado Luís Pereira, a Assembleia Municipal é um órgão independente da Câmara Municipal com competências próprias como sabemos, isto porque a Câmara Municipal tem as suas competências, umas vezes de deliberação sem ter que ouvir a Assembleia, mas outras vezes tem competências de iniciativa, não é ela que delibera mas inicia o procedimento, propõem à Assembleia Municipal e esta delibera. São assim as regras que a Lei das Autarquias Locais impõem, e assim foi cumprida em relação a este processo, pois há uma deliberação de proposição, isto é, a Câmara propõe à Assembleia Municipal, apresenta esta proposta, a competência deliberativa nesta matéria é da Assembleia Municipal, por força da norma estabelecida para os cargos dirigentes, Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e portanto estamos dentro do exercício da legalidade, pois não vá alguém pensar que está a aprovar ou reprovar uma proposta viciada, não é verdade. Esta proposta é legal, independentemente agora das vicissitudes que a Câmara possa fazer, isso aí lá estaremos depois para discutir essas questões, porque com certeza que serão questões mais de carácter político do que outra coisa, mas cá estaremos também para discutir as questões políticas, pois uma coisa é a bondade das propostas, as soluções técnicas, a

necessidade, como muito bem argumentou o Senhor Presidente da Câmara nos seus vários pontos para que isto aconteça, para que tenhamos cargos dirigentes neste Município. É urgente, é necessário e é bom para os trabalhadores, porque se a questão da Câmara Municipal se transformar numa questão política cá estaremos também para discutir essa questão, agora que não fiquem dúvidas nesta Assembleia que esta proposta é legal, nós estamos a exercer as competências que a Lei nos atribui, e é isso que vamos fazer, que ninguém tenha dúvidas que não vai estar a votar uma proposta ilegal. Faça favor Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Em relação a esta questão, eu gostava só dizer duas coisas. Este executivo, respeitando naturalmente a democracia, bem como as propostas provenientes dos Vereadores da oposição, incluiu na sua ordem de trabalhos e que supostamente essa reunião era para se ter realizado no dia dezassete deste mês e que não se realizou por falta de quórum, estava na ordem de trabalhos efetivamente a proposta submetida pelos Senhores Vereadores da oposição, para a revogação de uma proposta que tinha sido aprovada há quinze dias atrás, relativamente ao Procedimento Concursal das Chefias de Direção Intermédia. Realmente a mim custa-me a compreender como é que durante este tempo se toma uma posição de inversão de uma situação que tinha sido votada, só porque convém aos senhores da oposição, quer dizer que isso para mim é que é caricato, mas não obstante isso, nós cumprimos com a nossa obrigação, pois não é culpa deste executivo que não tenha havido quórum para a realização da reunião de câmara, e portanto já tinha sido agendado efetivamente a assembleia municipal antes disso, bem como os pontos para a ordem de trabalhos, e portanto não é o executivo que está aqui a fazer algum jogo ou algum malabarismo, tanto que nós cumprimos, aliás a próxima reunião será no próximo dia vinte e dois e consta lá a proposta submetida pelos Senhores Vereadores da Oposição, e depois logo se verá."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Tondela."-----

----- **José Maria Quadrado Tondela, Deputado Municipal:** "Boa tarde a todos. Eu gostava só que me esclarecesse, por favor. Se esta proposta que temos aqui já foi aprovada alguma vez numa reunião de câmara?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Foi aprovada na reunião de cinco de maio passado, de uma proposta vinda deste executivo."-----

----- **José Maria Quadrado Tondela, Deputado Municipal:** "Então se foi aprovada não estou a ver qual é o problema, nós temos é que nos pronunciar sobre a vossa proposta."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Deputado foi precisamente o que eu disse, mas está a reafirmar. Já agora só aqui uma nota para o Senhor Deputado Luís Pereira, admitindo que havia aqui um princípio democrático que estaria em jogo, nada nos diz e vamos admitir já que estamos a falar em hipóteses, mas quem nos diz que estas duas propostas passavam em reunião de câmara, a não ser que haja aqui uns mistérios transcendentais que possam ocorrer neste Município, porque qualquer dia podemos ser comparados com o Entroncamento dos fenómenos, a não ser que haja aqui fenómenos agora, nada nos garantiria mesmo admitindo que havia aqui um princípio democrático, é que estamos a falar de órgãos colegiais que tem as suas regras de votação e que a maioria é que manda, logo nada nos garantiria também que por aí que pudéssemos já dar por adquirido aquilo que a democracia ainda não adquiriu, porque esta joga-se e exerce-se nos órgãos, e portanto não podemos dar por adquirido o que a democracia ainda não adquiriu, mas essa questão como eu lhe disse com o devido respeito não se coloca aqui, porque nós estamos a discutir uma proposta que a câmara municipal aprovou dentro dos seus poderes e que nesta matéria só tem o poder de iniciativa, ou seja, tem de propor à assembleia, não tem poder deliberativo, e esta delibera ou não, e é isso que vamos fazer depois da discussão. Alguém mais quer discutir? Faça favor Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Por aquilo que entendi, afinal tanta discussão e não sei porquê, porque esta proposta que está aqui na assembleia tinha sido aprovada, foi ou não foi aprovada por maioria? Então se foi aprovada, muito sinceramente o que é que se passou a seguir a isto tudo para que agora queiram, e desculpem o termo, será que alguém se vai passar para o outro lado de um momento para o outro, há aqui qualquer coisa que está no ar e que não consigo entender, e gostava que alguém me explicasse isto aqui e a todos nós que aqui estamos para sairmos daqui sem dúvidas, pois algo de estranho se está aqui a passar nesta assembleia, porque estamos aqui e vamos aprovar uma proposta que foi aprovada numa reunião de câmara pela maioria, e então agora como é que já sabem que na próxima reunião vão reprovar a proposta, e afinal quem é que faltou, é que ainda não me disseram, e eu acho que temos o direito de sair daqui totalmente elucidados do que é que se passou, de quem faltou e quem é que não

faltou. Já agora quem é que faltou a esta dita reunião de câmara, que era para ter sido feita no dia dezassete deste mês, e em que devia ter ido lá a revogação disto tudo afinal, daquilo que era e deixou de ser, quem é que faltou, penso que temos que sair daqui todos esclarecidos, que é para começarmos e desculpem outra vez o termo, a chamarmos os 'bois pelos nomes'."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Eu peço desculpa, eu vou resumir e falar muito calmamente para que a mensagem passe e que compreendam o que eu disse. Nunca disse que a proposta de revogação ia a ser aprovada, o que eu disse foi que na câmara, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou-o, é que existe uma proposta no sentido de revogar estas, e que nesse sentido eu entendo que seria benéfico democraticamente esperar até que a câmara se decida, e aí sim, a Assembleia tomar conhecimento, apreciar, discutir e aprovar a proposta se ela cá chegar, eu não disse mais nada, só disse isto, não disse mais nada. Portanto não falei em jogos de bastidores, não falei que houve uma mudança a nível da composição das maiorias ou das minorias, não falei em nada, só disse que seria expectável uma vez que já está na ordem de trabalhos, que não compreendia estando na ordem, como é que surge aqui algo que ponha em causa uma possível votação futura, e as repercussões que isso terá a nível de responsabilidade se o concurso for para a frente, é apenas isso. Talvez esta parte seja mais técnica e se calhar não interesse, mas foi apenas isso que disse. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Deputado faça o favor de intervir."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Acho que está aqui bem claro o seguinte, para mim que não sou doutor, há coisas que me escapam, há coisas que não consigo entender, e portanto para mim há aqui coisas que são claras, logo é claro que esta proposta foi votada, volto a repetir, por maioria. É claro, e não estou a ver aqui qual é o atentado à democracia, pois afinal foi ou não democrático aprová-la? Será ou não antidemocrático, provavelmente será, exigir aqui uma maioria que não siga a ordem natural das coisas, que é a câmara aprovou e a assembleia municipal tem a obrigação de votar. Por isso, Senhor Presidente da Assembleia Municipal ponha à discussão e vamos lá à votação, e depois logo se vê como é que vão sair as coisas."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Deputado, posto à discussão tem estado até por abundância, mas há algo que eu quero que esta Assembleia fique ciente, e parece que nas palavras do Senhor Deputado José Mano não o estavam. Eu diria que pode acontecer, mas quase que assegurava que não acontecerá, que as propostas que vêm a esta assembleia são analisadas da sua legalidade, pois nós analisamos da legalidade das mesmas, e só vêm cá se forem legais e se a Assembleia tiver competência para isso, porque se apresentarem uma proposta e se ela não for da competência da Assembleia, já aconteceu até por iniciativa do Senhor Deputado Luís Pereira, que retirámos pois não era competência da assembleia, mas como regra temos esse cuidado, e nesta matéria como sabem, depois de aprovada uma ata na câmara ela é remetida à assembleia municipal e nós lemos as atas, e portanto neste caso sabíamos que esta matéria tinha sido deliberada em reunião de câmara, está em ata, e por isso foi trazida aqui e bem, e por isso está a ser discutida, e por isso eu já disse não vale a pena duvidarmos desta sua legalidade. O futuro a Deus pertence e portanto o que acontecerá logo veremos. Se faz favor Senhor Presidente, tem a palavra."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Eu só queria aqui salientar mais uma vez e apelar à compreensão de todos que esta questão das chefias é pertinente, pois em qualquer Câmara Municipal por esse País fora, e portanto aqui não é uma exceccionalidade, Figueira de Castelo Rodrigo, ou seja, não é exceção a nada, porque em todos os Municípios existem chefias, e estas estão lá porque tem uma função muito importante, pois para além da operacionalização e de garantir o funcionamento célere, eficaz e eficiente dos serviços, também está incumbida de uma outra questão, que é a da avaliação dos trabalhadores, e aqui de certa forma para se implementar uma avaliação a estes trabalhadores é fundamental que existam avaliadores e que sejam efetivamente os Chefes de Divisão, porque eles é que estão em contacto direto e em proximidade com os seus trabalhadores, e portanto conseguem avaliar de uma forma rigorosa, criteriosa e isenta os respetivos funcionários. Portanto, ir contra uma proposta para abrir concursos para Chefes de Divisão de facto é querer emperrar aqui o funcionamento da Câmara Municipal, e isto é que eu não consigo perceber, porque isto é contraproducente para o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, para os seus munícipes, para a própria Câmara Municipal e para os seus trabalhadores. Eu só quero salientar isto."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Presidente. Todos percebemos isso. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Escalhão, Jacinto Branco.”-----

----- **Jacinto José Padrão Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão:** “Senhor Presidente, eu só queria fazer uma pergunta. Faz-me confusão, não sei se será da minha velhice, e, se bem ouvi, há pouco o Senhor Deputado Luís Pereira disse que a democracia tinha que ser exercida em pleno. Ora muito bem, parece-me que não é democrático na realidade é haver um Vereador que se passe para o outro lado e muda o seu sentido de voto, isto será de facto exercer a democracia, a mim parece-me que não será, pois qualquer coisa se está a passar aqui e que nos está a escapar a todos. Porque é que isto acontece? E o que é que vai resultar daqui? Vai resultar em minha opinião que vamos bloquear a câmara municipal, pois esta amanhã não pode tomar decisões, se nós amanhã, se houver uma determinada posição que a câmara queira apresentar, há um desenvolvimento, há um projeto, há qualquer coisa que temos que analisar, ou vem aqui à assembleia ou há própria câmara, o que é que vai acontecer? Se for bloqueado pelos Vereadores os projetos não andam, e o concelho fica bloqueado porque a oposição não deixa. Eu não sei se estou a ver bem ou a ver mal, mas a mim dá-me a impressão que o que está a acontecer neste momento é isto, pois nós estamos a caminhar para uma posição em que a nossa Câmara Municipal vai estar bloqueada autenticamente, isto é pelo menos a mim o que se afigura. E agora pergunto, será essa a ideia, será essa a finalidade. É uma interrogação que eu ponho ao Senhor Presidente.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Muito obrigado. A sua questão está posta a todo o auditório, pois colocou-a à Assembleia, uma vez que o Senhor Presidente vai ter tempo para se pronunciar sobre ela, se vier a ser uma questão política. Eu até pensava que esta questão vinha Antes do Período da Ordem do Dia, de que iríamos discutir isso, mas teremos o seu tempo se isso assumir uma questão política, cá estamos todos para a discutir e se for preciso para tomar medidas drásticas, quanto a isso não haja dúvidas. Faça favor de intervir, Senhora Deputada Maria João André.”-----

----- **Maria João Almeida André, Deputada Municipal:** “Eu acho que se percebi bem aquilo que se está aqui a discutir, de uma forma se calhar clara também ali como o Senhor José Mano diz para que o povo entenda, e visto também que temos público presente, o

que me parece que está aqui a acontecer, é que houve uma proposta que foi aprovada na câmara municipal que ganhou por maioria, e que agora tem de ser aqui votada, havendo ou não uma proposta de revogação, mas que isso ainda não foi a reunião de câmara mas nós temos que deliberar esta que já foi aprovada, e se vier a ser não aprovada a proposta de revogação, terá que ser novamente aqui discutida, mas isso não invalida que a Câmara Municipal continue a funcionar e a tomar as suas diligências em prol dos seus funcionários e deste Município, e acho que é isso que todos nós Deputados aqui, que queremos o desenvolvimento do nosso concelho devíamos estar preocupados, é com o bom funcionamento do nosso Município e da Câmara Municipal, bem como com o bem-estar dos trabalhadores, e penso que os trabalhadores que aqui estão ou que ouçam esta informação que tenham atenção, é que nós queremos aqui que tudo funcione, e é nisso que se devem preocupar e começar a discutir, ou seja, é no funcionamento e no desenvolvimento deste Município e não em travar todo este procedimento, e quando vier a outra proposta, se vier para a Assembleia, aí estaremos aqui para decidir e deliberar."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhora Deputada. Então se não houver mais discussão, vamos colocar à votação esta proposta, pois só com a nossa deliberação é que temos ato, uma vez que antes há uma proposta da Câmara Municipal a solicitar o envio para a Assembleia com esta deliberação, se houver, pois só no seu sentido favorável é que há ato com eficácia. Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com os votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Maria da Conceição Laviados Aguilhar, Luís Ricardo Beato Pereira, António Manuel Saraiva Gonçalves, Bruno Miguel Aguilhar Silva e ainda do Senhor Acácio Augusto Morais, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo."-----

-----**3.4. Apreciação, Discussão e Apreciação da Proposta n.º 62/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Procedimento Concursal Comum para o Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau - Chefe de Divisão de Obras, Planeamento, Ambiente e Urbanismo e Definição da Composição do Júri.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " A discussão está feita sobre esta matéria, penso que não há novidades claro está, esclarecido o que havia a esclarecer. Vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com os votos contra dos

Senhores Deputados Municipais, Maria da Conceição Laviados Aguilár, Luís Ricardo Beato Pereira, António Manuel Saraiva Gonçalves, Bruno Miguel Aguilár Silva e uma abstenção do Senhor Acácio Augusto Morais, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo."-----

-----3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 92/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, Abertura de Procedimentos Concursais Comuns.-----

----- Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Este ponto vai ser retirado porque não houve reunião de câmara no passado dia dezassete de junho, e portanto aqui está, não houve proposta e não podemos estar aqui discutir e a aprovar sem a iniciativa ser da Câmara Municipal."-----

-----3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 93/2015 - PCM/ Mandato 2013-2017, 3.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Este ponto vai ser retirado porque não houve Reunião de Câmara, a qual estava agendada para o passado dia dezassete de junho."-----

-----3.7. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta para a Convocação do Secretariado Executivo da CIM das Beiras e Serra da Estrela para a Assembleia Ordinária de setembro, para responder pela atividade da respetiva CIM.-----

----- Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Se alguém quiser discutir esta proposta, faça o favor de intervir. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal: "Apenas dizer e deixar bem claro que a posição tomada, sei que não é o momento oportuno, não é contra a proposta mas sim pelo que eu disse anteriormente, e que fique em ata, e também que nada aqui foi dito daquilo que foi sugerido pelo menos palavras minhas, tanto que na ata da próxima sessão farei intenção de reler publicamente, só para tirar alguma dúvida, sobre as insinuações que foram aqui tiradas com base naquilo que eu disse e que não tem nada a ver. Quanto à situação da CIM das Beiras e Serra da Estrela, dizer que acompanho a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal, pois falou o Senhor Presidente do espírito de cooperação municipal que tem empreendido não só junto de outras Câmaras, mas também perante outras Associações de relevo como é a questão d'Os Serranos, que concordo perfeitamente, e aliás eu dizia-lhe, Senhor Presidente, se lhe dizem que passeia,

eu digo-lhe que passeia pouco, deve passear e sair mais, bem como procurar mais investimento, e torno a referir que elogio como sempre elogiei a cooperação intermunicipal que tem tido, daí que tenha dito várias vezes que não compreendo a posição contra a CIM das Beiras e Serra da Estrela, pois e perdoem-me a expressão, “não bate a bota com a perdigota”, porque por um lado fazemos todos os esforços de trabalhar em rede, falou muito bem em trazer estudantes para Figueira de Castelo Rodrigo, pois Almeida vem buscar alunos e jovens atletas não só no atletismo mas também no futebol ao nosso concelho, e acho muito bem e vejo com bons olhos essas redes, mas agora irmos contra a CIM das Beiras e Serra da Estrela não faz qualquer sentido, aliás foi colocada a tónica da CIM das Beiras e Serra da Estrela na gestão dos fundos comunitários, quando isso é uma pequeníssima parte do que é a CIM das Beiras e Serra da Estrela, pois a Comunidade Intermunicipal é muito mais do que a gestão de fundos comunitários, tanto que desafio o Senhor Presidente da Câmara Municipal a trazer na sessão em que formos a discutir a relevância da CIM das Beiras e Serra da Estrela para Figueira de Castelo Rodrigo, dos investimentos que foram feitos pela CIM no passado quando era a COMURBEIRAS, em que foram discutidos no anterior projeto estratégico diversos investimentos que foram feitos, e não esquecer os projetos âncora que beneficiam todos os municípios, aliás este Plano Estratégico tem diversos projetos âncora importantíssimos para a região, como é a ferrovia, tal como a situação do aeroporto que possivelmente irá nascer na zona da Covilhã, que beneficia indubitavelmente toda a área de atuação da CIM das Beiras e Serra da Estrela, e portanto é falso dizer que esta apenas gera fundos comunitários. Assim sendo, era importantíssimo abraçar o espírito do Senhor Presidente da Câmara Municipal e recentrarmos a discussão da CIM das Beiras e Serra da Estrela no Plano Estratégico. Somos contra o Plano Estratégico, isso até posso perfeitamente compreender, isto é, não compreender os investimentos que foram escolhidos e discuti-los, agora irmos contra a CIM das Beiras e Serra da Estrela acho que é um erro colossal, e é um comboio como eu disse que já partiu e que não vai voltar atrás, e se sairmos ficamos isolados em Figueira de Castelo Rodrigo para sempre, e penso que isso é um erro, e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que sei quem é que está a fazer este esforço todo, pelo menos é quem tem demonstrado mais calor na discussão, que recentre o objetivo na discussão do Plano Estratégico. Sei que já o estudou e que tem uma opinião sobre ele, e terá o meu apoio e o apoio desta bancada em discutir o Plano Estratégico, mas nunca a nossa permanência na CIM das Beiras e Serra da Estrela. Obrigado.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Eu gostei de ouvir o Senhor Deputado, e até parecia que já estava a ouvir o Secretariado Executivo da CIM das Beiras e Serra da Estrela, mas é preciso perceber que nós aquilo que vamos fazer aqui na Assembleia é pedir ao Senhor Secretário Executivo que venha responder pela atividade desenvolvida na CIM das Beiras e Serra da Estrela, no que diz respeito ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo, acho que vamos todos gostar de o ouvir, pois se ele tiver notícias boas aplaudiremos, pois se não fizer nada criticaremos, e portanto acho que nós é que não vamos abdicar das nossas competências, uma vez que a Assembleia Municipal uma das competências é esta, é verificar, sindicar a atividade da CIM das Beiras e Serra da Estrela através do chamamento, até nem é grande competência, pois é só dizer ao Senhor Secretário Executivo que faça o favor de ir à Assembleia Municipal a dizer qualquer coisa, nem é grande sindicância, pois é só pedir-lhe que, se não se importar, que perca lá meio-dia e venha-nos cá a falar disso; nós que até estamos lá para o fundo, nós que somos o Município lá do fundo, a gente quer que nos fale do aeroporto da Covilhã, ou então queremos ali uma pista náutica, não sei, venha-nos cá a dizer qualquer coisa, disto é que não podemos abdicar e, enquanto eu for o Presidente da Assembleia Municipal neste Município, mas seja com quem for, pois nós temos de ser reivindicativos, nós não podemos ser displicentes nem baixar os braços, porque eu costumo dizer que nestes municípios em terras do Interior tudo é mais difícil e ainda há pouco foi falado isso, ou seja, tudo para nós é mais difícil, pois é mais difícil falarmos com A e B, bem como de saúde, de fiscalidade, de desenvolvimento, e portanto se nos tornarmos omissos e prescindirmos destas nossas competências e não nos tornarmos numa voz reivindicativa e atuante, porque senão isto é uma cambada de parolos que anda aqui e eu não gosto de ser parolo, desculpem lá, gosto que ouçam o que nós temos para dizer, e nós também gostamos de ouvir o que nos tem para dizer, e então só propomos isto. Se for aprovado, então que venha cá o Secretariado Executivo da CIM das Beiras e Serra da Estrela dizer o que é que anda a fazer e a Comunidade Intermunicipal que tenha interesse para Figueira de Castelo Rodrigo, e é só isto que vamos votar, pedir que venha cá para ouvirmos de bom gosto o que vamos ouvir e lá teceremos as suas críticas, e logo tomaremos as decisões que entendermos em função daquilo que nos for oferecido e dito. Posto isto, vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Eu vou escrever uma carta ao Senhor Secretariado do Executivo da

CIM das Beiras e Serra da Estrela, vamos definir a data e propor-lhe então a vinda dele, dentro da sua agenda vamos dar duas datas, enfim acertar agendas com ele, e vamos ver então, em setembro, se temos cá o Secretariado Executivo da CIM das Beiras e Serra da Estrela. Vamos encerrar a sessão, mas antes vou-vos dar os eventos para este fim-de-semana, pois vamos ter a Festa do Fim de Ano do Jardim da Fundação Dona Ana Paula, hoje às vinte e uma horas na Casa da Cultura, e amanhã o Município lançou, como sabem, e isto foi divulgado, um ciclo de Música Clássica «Os Clássicos vão ao Interior», e amanhã será na Igreja Matriz de Escalhão, pelas dezasseis horas e trinta minutos, pois vamos ter em conta a nossa população idosa, e portanto penso que à tarde pode haver mais gente a procurar este tipo de cultura, e depois para a próxima semana, no dia vinte sete de junho, aí sim, será à noite, e já com uma orquestra constituída por vinte e dois elementos, e penso que vamos ter um momento cultural interessante. Estão convidados, aliás estamos todos convidados, quem gostar de cultura é um bom momento. Agradeço a vossa presença e damos por encerrado os trabalhos. Está encerrada a sessão."-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezassete horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Feliciano Pereira Martins. -----